



Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

CARVALHO, RAQUEL

*FCUP - Faculdade de Ciências da Universidade do
Porto/CIBIO-Centro de Investigação em Biodiversidade e
Recursos Genéticos*
Rua do Campo Alegre, 687, 4169-007 Porto, Portugal
raquel.jcarvalho@gmail.com

MARQUES, TERESA

*FCUP - Faculdade de Ciências da Universidade do
Porto/CIBIO-Centro de Investigação em Biodiversidade e
Recursos Genéticos*
Rua do Campo Alegre, 687, 4169-007 Porto, Portugal
teresamarques@fc.up.pt

A evolução do conceito de paisagem cultural

The evolution of cultural landscape concept

Referência: Carvalho, Raquel; Marques, Teresa (2019). A evolução do conceito de paisagem cultural. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.º 16 (março). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 81-98, [dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004](https://doi.org/10.17127/got/2019.16.004)

RESUMO

Em 1992, a Convenção do Património Mundial tornou-se o primeiro acordo internacional a reconhecer e a promover a protecção das paisagens culturais, definindo-as como “*combined works of nature and man*”. No entanto, o termo e conceito de paisagem cultural remonta a finais do século XIX. Desenvolvido por geógrafos alemães, foi progressivamente apropriado e aplicado noutras disciplinas, assumindo diferentes significados, consoante as tradições e métodos de cada escola ou visões de profissionais e académicos de diversos contextos científicos. Conscientes de que o tema é alvo de várias abordagens multidisciplinares, tanto no campo das ciências do ambiente como no campo da antropologia, etnologia ou mesmo da estética e da literatura, pretende-se fazer uma breve revisão da evolução do conceito, restringindo ao contexto científico em que surgiu e que há muito é debatido.

Palavras-chave: paisagem cultural; conceito; património; valores

ABSTRACT

In 1992, the World Heritage Convention became the first international agreement to recognize and promote cultural landscapes protection, defining them as “*combined works of nature and man*”. However, the cultural landscape term and concept date back from the end of the 19th century. Developed by German geographers, was gradually appropriated and applied in other disciplines, assuming different meanings, according to each school’s methods and traditions, academic and professional visions from diverse scientific contexts. Aware that cultural landscapes are the scope of many multidisciplinary approaches, both in the field of environmental sciences and in anthropology, ethnology or aesthetic and literature subjects, we intended to do a brief review on the evolution of the concept, confine to the scientific context where appeared, under discussion for a long time.

Keywords: cultural landscape; concept; heritage; values

1. Introdução

No âmbito do ano europeu do património cultural (AEPC 2018), o património chama a si a atenção, debatendo as suas oportunidades, potenciais e desafios actuais. Integrada na noção de património cultural, surge a figura “paisagem cultural”, hoje aceite e reconhecida no meio académico, científico, profissional, mas para a sociedade em geral, ainda permanece um conceito vago e pouco esclarecido. A UNESCO, através do Comité do Património Mundial, catapultou o conceito de paisagem cultural, pelo seu reconhecimento enquanto categoria, em 1992, mas o mesmo tem a sua génese no século anterior. Pretendemos assim rever a sua evolução até aos dias de hoje e elucidar o conceito de paisagem cultural.

2. O termo e conceito de paisagem cultural ao longo do tempo

É a partir de reflexões sobre o tema paisagem que podemos encontrar os primeiros esboços da ideia do que hoje conhecemos como paisagem cultural. Uma espécie de “terceira natureza” é referida por Álvaro Domingues, ao transcrever um pensamento do séc. XVI: *“...la industria de’paesani ha fatto tanto, che la natura incorporata con l’arte à fatta artefice, e connaturale de l’arte, e d’amendue à fatta una terza natura, a cui non saperi dar nome”* (Iacopo Bofadio (1541), como citado em Domingues 2001, p. 10). É no campo da Geografia que emerge o termo de paisagem cultural e é através da evolução ideológica nesta disciplina que muito se compreende sobre a evolução do entendimento de paisagem cultural. Graeme Aplin (2007) fala-nos de duas grandes escolas de geografia, a francesa (liderada por Vidal de La Blache - 1899) e a alemã (liderada por Richthofen -1883). Na escola francesa aplicava-se o termo “pays” para definir pequenas áreas homogéneas caracterizadas por atributos e processos específicos, naturais e culturais. O termo alemão

“*landschaften*”, aplicado em estudos regionais, descrevia as componentes físicas da paisagem incluindo posteriormente a interação do homem com a mesma. Denotava-se assim um conceito que já apontava para o de paisagem cultural.

A questão terminológica, segundo Michael Jones (2003), remonta a Friedrich Ratzel (1895/1896), que denomina “*kulturlandschaft*” - uma área modificada pela actividade humana, tendo sido comumente utilizado na época por outros geógrafos alemães. A Otto Schlütter, contemporâneo de Ratzel, também se atribui a “autoria” do termo paisagem cultural, distinguindo a paisagem criada pela cultura humana, “*kulturlandschaft*” - por oposição à “*urlandschaft*”, a paisagem existente antes das grandes alterações resultantes da actividade humana (Martin e James, 1993, p. 564). Contudo, segundo Kerstin Potthoff, num artigo sobre geografia alemã do séc. XIX, a autoria do termo deve-se a Carl Ritter: - “*Carl Ritter appears to have been the first to use Kulturlandschaft, in 1832. He was followed by Carl Vogel in 1851, Joseph Wimmer in 1882 and 1885, and Friedrich Ratzel in 1893.*” (Potthoff 2013, p. 49).

Mas mais do que a autoria do termo, o que será relevante salientar é que Schlütter, Ratzel, Ritter entre outros geógrafos, impulsionaram a ideia da existência de uma paisagem produto cultural, distinguindo-a duma paisagem natural, primordial. Nas teorias de Ritter e Humboldt, a paisagem é construída pelo homem mas o meio ambiente é que influencia o comportamento humano. Partilham de uma visão determinística em que os factores ambientais modelam o Homem.¹ Assistimos assim a uma primeira ideia de paisagem segundo uma visão determinística. O determinismo ambiental considera que as condições naturais determinam a fisiologia e o comportamento do Homem (Martin e James, 1993). É uma teoria que se insere num contexto de intensas mudanças, numa época de transição, do conhecimento universal para as especializações e desenvolvem-se novos campos de estudo diferenciados, tanto nas ciências físicas como nas sociais (Martin e James, 1993). Da astronomia à sismologia, geomorfologia, biologia, às políticas económicas, entre muitas outras disciplinas, ganham destaque. Entramos na era das expedições de Charles Darwin, Alfred Russel Wallace, Henry W. Bates e em 1859 Darwin publica o seu livro sobre a teoria da evolução das espécies e da selecção natural, cuja ideia entusiasma outras áreas de

¹ (Ritter a par de Alexander von Humboldt, geógrafos alemães de finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, são duas figuras basilares na história da geografia, considerados por muitos, fundadores da geografia moderna (Martin e James, 1993)

estudo que justificam a sobrevivência de grupos sociais pela capacidade de se ajustarem às condições ambientais (Martin e James, 1993).

A esta fase de entusiasmo evolucionista, seguiu-se uma reacção de geógrafos alemães contra o tradicional determinismo físico. Começou quando Schlütter focou a atenção nas mudanças históricas na paisagem resultantes da acção humana (Johnston *et al.*, 2004). Iniciou-se assim um novo paradigma de percepção de identidade cultural, focado na acção humana.

Franz Boas (1858-1942) – que, para além de geógrafo se notabilizou na área de antropologia – desenvolve a ideia de paisagem cultural com a introdução da noção de relativismo cultural (Brown 2008), partindo do pressuposto de que cada povo/cultura se expressa de forma diferente em ambientes semelhantes: - “Boas argued that it was important to understand the cultural traits of societies – their behaviours, beliefs and symbols – and the necessity for examining them in their local context and the importance of the concept of cultural relativism.” (Taylor e Lennon, 2011, p. 539). Boas defende a importância da especificidade de cada cultura e lugar, ideias que hoje são aceites no entendimento das paisagens culturais, em oposição às ideias evolucionistas que eram comuns na sua época e que defendiam uma única linha de desenvolvimento para a humanidade. Os factores culturais, não materiais, passam a ser predominantes na percepção de transformação da paisagem.

Nos anos de 1920, Carl Sauer inicia o estudo da geografia cultural na escola de Berkeley. Em 1925 publica *The Morphology of Landscape*. Sauer introduz na língua inglesa o termo cultural landscape (Jones 2003; Potthoff 2013) . Nos seus estudos é evidente a distinção entre paisagem natural, pré-existente à acção humana e paisagem cultural, salientando-se a ideia do homem como agente modelador das mudanças que ocorrem na paisagem ao longo do tempo: - “The works of man express themselves in the cultural landscape. There may be a succession of these landscapes with a succession of cultures. They are derived in each case from the natural landscape, man expressing his place in nature as a distinct agent of modification. Of special significance is that climax of culture which we call civilization. The cultural landscape then is subject to change either by the development of a culture or by a replacement of cultures.” (Sauer, como citado em Leighly (ed) 1963, p. 333). Sauer salienta como a acção humana na paisagem (de um determinado grupo ou comunidade) produz modos de vida, definindo e representando de forma diagramática (Fig.1) o que chama de

morfologia da paisagem cultural: - “A cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area is the medium. The cultural landscape the result.”(Sauer citado em Leighly (ed) 1963, p. 343)

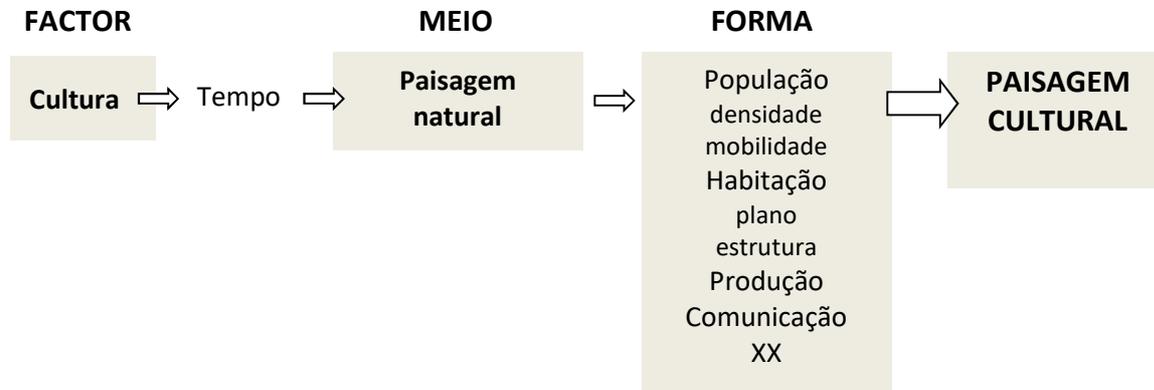


Fig. 1 Diagrama da morfologia da paisagem cultural, adaptado de Carl Sauer.

Inserindo-se numa tradição de geografia empírica e historicista, impulsiona a ideia da leitura da paisagem baseada na observação e registo no terreno (Taylor, 2017, p. 21). Sauer e seus alunos, apresentam uma visão material da paisagem, mais focada em elementos físicos: - *“Although rarely explicitly stated, their work rested on ethnological assumption that distinctive geographical areas (landscapes) could be identified and described by mapping visible elements of material culture produced by unitary cultural groups.”*(Cosgrove e Jackson, 1987, p. 96). Esta visão descritiva caracteriza o período inicial do séc. XX, com particular incidência nas paisagens rurais e nos elementos físicos, lendo a paisagem ainda como produto cultural em vez de processos culturais (Taylor, 2017) .

Nos anos de 1960 e 1970 são vários os especialistas que desenvolvem estudos sobre paisagem cultural, acompanhando uma mudança de perspectivas, baseadas em parte, na crescente tipologia de paisagem urbana que suscita interesse e oferece novas pistas sobre o estudo da cultura de uma região (para além do tradicional estudo sobre a paisagem rural). Nestas décadas emergem novas preocupações e considerações: a representação, os sinais, símbolos, o significado cultural e os processos de criação da paisagem cultural.

A ideia de paisagem cultural redirecciona a paisagem para um conceito menos estático e mais fluido (Blankenship, 2016). Desenvolve-se um crescente interesse na paisagem

comum, do dia-a-dia, descrita por vários geógrafos americanos. Ken Taylor (2008) refere um painel de referência de geógrafos culturais que impulsionaram nestas décadas o estudo das paisagens culturais: David Lowenthal, Peirce Lewis, Donald Meinig, J.B. Jackson, Dennis Cosgrove, entre outros. Destacamos 3 geógrafos cujas ideias refletem um pouco sobre a evolução e entendimento das paisagens culturais nestas décadas.

J.B. Jackson notabilizou-se nos estudos e escrita sobre Paisagem, sendo fundador e editor da revista *"Landscape"*, lançada pela primeira vez em 1951 (Johnston *et al.*, 2004). As suas ideias incidem sobre o estudo da paisagem cultural americana comum e vernacular. A revista *Landscape* permitiu criar um fórum de ideias sobre o conceito e catapultá-lo das raízes da geografia para a multidisciplinaridade (Blankenship, 2016). J. B. Jackson destaca-se pela capacidade de interpretação do significado cultural da paisagem, da mais comum à mais icónica e pela demonstração consistente de que a paisagem constrói-se a partir de circunstâncias específicas geográficas, sociais e culturais (Blankenship, 2016).

Peirce Lewis, geógrafo americano, descreveu noções fundamentais, a que chamou axiomas, para auxiliar a difícil leitura e compreensão das paisagens culturais (americanas). Tendo em mente que a compreensão advém da leitura, do ver e pensar a paisagem cultural, descreve sete axiomas, incidindo particularmente na ideia *"landscape as clue to culture"* (Lewis, 1979). Salaria que todos os elementos, analisados no seu contexto, por mais exuberantes ou comuns que sejam, fazem parte de um todo e explicam, de alguma forma, a cultura, o pensamento e comportamento de determinada sociedade. As alterações nas práticas e expressões culturais são espelhadas na paisagem, pelo que conseguindo ler a paisagem cultural conseguimos entender a cultura de determinada nação: - *"Our human landscape is our unwitting autobiography, reflecting our tastes, our values, our aspirations, and even our fears, in tangible, visible form."*(Lewis, 1979, p. 1)

D.W. Meinig, contemporâneo dos geógrafos aqui destacados, é responsável por vários textos que suportam a complexidade da definição e estudo da paisagem. *The Interpretation of Ordinary Landscapes* (1979), no qual Meinig é editor, reflete a partilha de uma ideia de paisagem cultural como espaço, significado e interpretação. A leitura da paisagem enquanto reflexo e base dos valores da sociedade é destacada pelo geógrafo, assim como a complexidade do tópico, derivada das interpretações pessoais: -*"What is certain is that new landscapes, actual and symbolic, are being created, and like those we have already*

experienced they will be at once a mold and a mirror of the society that creates them.“(Meinig (ed) 1979, p. 168). Apresenta no seu texto *“The Beholding Eye, Ten Versions of the Same Scene”* um exemplo de dez versões diferentes sobre uma mesma paisagem, fruto de leituras individuais e vivências diversificadas: - *“Thus we confront the central problem: any landscape is composed not only of what lies before our eyes but what lies within our heads.”* (Meinig (ed) 1979, p. 33).

A par deste novo entendimento da paisagem cultural é também durante estas décadas que se desenvolvem, além dos métodos de representação, a avaliação da paisagem, o que tecnicamente se revela num avanço dos estudos da paisagem com a possibilidade de representar a complexidade da realidade em cartas de uso de solo, redes de transportes, etc. A representação da paisagem é principalmente baseada em valores e parâmetros objectivos, procurando-se limitar a componente subjectiva (Almeida, 2006). Isto faz com que valores estéticos ou intelectuais sejam também enquadrados em critérios objectivos (Jacques, 1995).

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, destacam-se iniciativas que promovem medidas de protecção e conservação de elementos patrimoniais construídos e de bens naturais a preservar, os quais salientamos enquanto marcos na protecção de valores culturais e naturais e que se irão repercutir na percepção de paisagens culturais, principalmente nas de valor patrimonial universal. Falamos então da Carta de Veneza (1964), elencando orientações sobre conservação e preservação do património cultural (monumentos, sítios arqueológicos ou históricos) e o movimento de defesa do ambiente e protecção de sítios naturais. Os valores naturais assumem realce e são considerados património (UNESCO, 1992).

Salientamos alguns momentos que contribuíram para esta ideia: Conferência da Biosfera em 1968 (sobre o uso racional e a conservação dos recursos da biosfera), a Convenção de Ramsar em 1971 (zonas húmidas de importância internacional) ou a Convenção de Washington, CITES em 1973 (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, UNESCO, 1992). É fruto de um clima de debates e noções sobre património, bens culturais e naturais, que em 1972 a UNESCO promove a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, sendo definido o que se considera património cultural e património natural.

A abordagem quantitativa associada aos mais diversos valores foi sendo alvo de discussão. David Jacques caracterizou o processo de interpretação da paisagem nesta abordagem como: - “(...)preferring instead to see the mind as the active side of the equation, with the landscape as passive(...)” (Jacques, 1995, p. 94). Nos finais dos anos de 1970 é acentuada a questão da percepção sensorial da paisagem. A subjectividade é debatida e integrada nos conceitos de percepção da paisagem: - “Every object, every view is intelligible partly because we are already familiar with it, through our own past and through tales heard, books read and pictures viewed. We see things simultaneously as they are and as we viewed them before; previous experience suffuses all present perception.”(Lowenthal, 1975, p. 6)

O entendimento e a evolução de métodos de estudos de paisagem e de património refletem-se, assim, no conceito das paisagens culturais, múltiplos mas com particularidades inerentes ao mesmo. Tal como paisagens culturais, a percepção de património cultural, foi também adquirindo novos contornos, como se verifica na Convenção de Faro (2008) que relativamente ao valor do património cultural, define-o como um conjunto de recursos herdados do passado, exprimindo os valores em evolução, crenças, conhecimento e tradições, abrangendo, deste modo, uma diversidade de elementos e significados.

A título de exemplo, referimos aqui um estudo que Michel Jones desenvolveu em 1988, tendo por base literatura Norueguesa. Destacou 7 diferentes noções do termo *cultural landscape*, agrupando em 3 grandes grupos de entendimento do conceito: a) como paisagem modificada ou influenciada pela actividade humana; b) como elementos com valor na paisagem humanizada, ameaçados por mudanças ou em risco de desaparecimento; c) como elementos na paisagem com significado para um determinado grupo em determinado contexto cultural ou sócio-económico (Jones, 2003). Não poderemos afirmar que um ou outro entendimento é mais correcto, mas sim perceber que a complexidade do tema permite abranger várias noções, dado que o conceito abrange ideias, dinâmicas, significados, interpretações e vivências.

Já nos anos de 1990, as paisagens culturais ganham particular interesse internacional dentro da comunidade científica de conservação, os processos sócio-culturais e políticos alcançam relevância na interpretação da paisagem, sendo o conceito “aceite” no campo profissional (Fowler, 2003), ganhando ênfase a subjectividade inerente às mesmas, contrastando com a busca de objectividade dos anos de 1960 e 1970.

O reconhecimento da categoria de paisagens culturais pela Convenção do Património Mundial, em 1992, marca uma nova visão de património, abrangente, diversificando as classificações distintas de bens naturais – que incluía áreas de espécies ameaçadas ou não intervencionadas pelo homem – e de bens culturais – que integravam principalmente monumentos a preservar. O conceito de paisagem cultural vem desafiar o que Álvaro Domingues (2001) chama de “*polaridades tradicionais – natureza e cultura*”, questionando as definições/dogmas dos anos de 1960 que baseavam os valores nas qualidades intrínsecas dos elementos construídos. Esta nova categoria passou a incluir outras manifestações de paisagem, interpretando o tempo, o meio ambiente e as forças culturais como modeladoras das mesmas: - “*They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.*”(UNESCO, 2017, p. 11) .

Neste âmbito, surgem conceitos que interpretam a paisagem cultural à luz de noções patrimoniais, realçando o valor histórico ou estético. Birnbaum considera a paisagem cultural como “*geographic area, including both cultural and natural resources and the wildlife or domestic animals therein, associated with a historic event, activity, or person or exhibiting other cultural or aesthetic values.*”(Birnbaum, 1994, p. 1). Carmen Añon (1995) refere-as como áreas com significado, resultado de uma intervenção humana com uma função ou intenção específica e como parte de um processo vital e evolutivo. Para além do reconhecimento, o Centro do Património Mundial (UNESCO) identificou um leque de tipologias de paisagens culturais, tanto as que se evidenciam pela estrutura espacial como as que exprimem significados e ligações sagradas com a natureza. Reconhece também a importância das mesmas na procura de novas técnicas sustentáveis de uso do solo ou na manutenção e valorização de bens naturais e biodiversidade. O património mundial foi também um impulsionador da ideia de paisagem cultural, das raízes académicas para o campo profissional, pela aplicação prática, pelas orientações na identificação, avaliação e recomendações de gestão.

Ideias embrionárias dos finais dos anos de 1970 começam nos anos de 1990 a salientar-se. As concepções imateriais, qualidades simbólicas da paisagem, a herança cultural que sustenta e produz significado social, abre um leque de hipóteses de fontes de estudo da

paisagem cultural. David Jacques (1995) escreve sobre o tema, num artigo intitulado *The rise of cultural landscapes*. Destacamos a seguinte passagem: “*Humans were seen as passive receptors; they could not determine value but, through scientific evaluation, could identify and grade it, hopefully as objectively as possible. By contrast, the conception of value that is more representative of theoretical deliberation in the 1990s emphasises its subjectivity and dependence upon personal history, cultural inheritance and idealised conceptions of the world.*”(Jacques, 1995, p. 91).

A forte e indissociável componente social integrada no termo paisagem cultural é reflectida em vários conceitos. Ken Taylor, nos seus textos e reflexões, demonstra este entendimento: “*They tell the story of people, events and places through time, offering a sense of continuity, a sense of the stream of time. They also offer a cultural context setting for cultural heritage.*” (Taylor 2008, p. 5). Peter Fowler, numa interessante visão comparativa com os primórdios da Humanidade, fala-nos de elementos chave do conceito de paisagem cultural, a apropriação de um espaço, por determinado grupo com significado para o mesmo, vejamos: “*(...) for example, ‘our’ hunting territory as distinct from ‘theirs’ could change neutral geographic space into culturally significant area of land in the perception of some humans, even though it continued to look the same to others.*”(Luengo e Rossler, 2012, p. 35)

É na viragem do século XX para o século XXI, que aumenta o interesse pela paisagem como património cultural, fruto em parte da consciencialização das ameaças que a globalização pode trazer para a identidade e diversidade local e regional. O crescente interesse pelo estudo e preservação da paisagem em geral, atinge um marco inegável em 2000 com a Convenção Europeia da Paisagem, sendo o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado à paisagem². A Convenção pretende promover a protecção, gestão e planeamento da paisagem definindo-a como “*(...) uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos.*”³ A ideia de produto cultural é reflectida na definição de paisagem e a partir desta definição da Convenção Europeia da Paisagem, consideramos que o conceito de

²http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/ordenamento_do_territorio/convencao_europeia_da_paisagem/

³ artigo 1 , alínea a), Decreto n.º 4/2005, Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000 in https://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/2000-convencao_europeia_da_paisagem-conselho_da_europa.pdf

paisagem cultural representa uma especificidade de um conceito mais amplo, que é o da paisagem em si.

A paisagem humanizada referida por Orlando Ribeiro (entre outros geógrafos) corresponde ao que hoje chamamos de paisagem cultural, tal como descreve Ilídio de Araújo: - “(...) *todas elas são produto de uma determinada cultura ou de um processo de evolução cultural das gentes que ao longo de séculos ou milénios colonizaram o território que as suporta e que conduziu ou condicionou essa evolução.*” (Araújo, 2008, p. 63). Revela ser um testemunho de experiência e conhecimento sobre determinado lugar, assim como referido por Caldeira Cabral: - “*resultante da acção multissecular, contínua ou intermitente, do homem sobre a paisagem natural, apropriando-a e modificando-a a fim de a adaptar pouco a pouco às suas necessidades, segundo o que a sua experiência, os seus conhecimentos e a sua intuição lhe foram ensinando, experiência transmitida de geração em geração*”. (Francisco Caldeira Cabral (1978), como citado em Pinto-Correia *et al.*, 2001, p. 199).

A ideia da paisagem cultural, fruto do processo de evolução cultural ao longo dos tempos, reúne algum consenso, mas enfrenta dificuldades de aplicação para caracterizar determinadas tipologias de paisagens culturais definidas pelo Património Mundial - UNESCO. Fatsar (2010), questiona sobre o factor tempo, assim como o modo de sustentabilidade das mesmas. Se uma paisagem evolutiva constitui um legado com forte intervenção comunitária e gerado ao longo de séculos, um jardim histórico (categoria de paisagens culturais desenhadas intencionalmente) pode ser construído rapidamente, sob a visão de uma única pessoa, podendo ser uma obra recente e exigindo, muitas vezes, manutenção altamente especializada (não executada pela comunidade em geral). No entanto, a necessidade de inventariação leva à criação de critérios e categorias que podem, como neste caso, levantar algumas dúvidas de aplicação do conceito.

A conjugação do tempo, com as realidades físicas e materiais e a subjectividade do observador, formatam em grande parte a complexidade do “sistema paisagem”. Assumindo que a paisagem é uma construção, uma elaboração mental, humana, a componente cultural destaca-se, mesmo em espaços dominados por valores naturais. Quando falamos em casos particulares, que abranjam menores ou maiores áreas, mas que expressam uma intervenção ou modo de vida identitário e representativo enquanto local de valores, o conceito de paisagem cultural pode simplesmente ser expresso da seguinte forma: - “... *paisagens em*

que os valores culturais se destacam no conjunto e fundamentam a singularidade de um território, derivando daqui ou imanando daqui como objeto e espaço que exige gestão específica.” (Dias 2013, p. 8)

Salientamos também outras ideias que ajudam a perceber e destacar o conceito. Na verdade, aliado à noção de paisagem singular, os seus valores (não só culturais), transportam estas paisagens para um nicho de territórios identitários e como tal, merecedores de uma atenção especial. Teresa Andresen (2015), distingue a “paisagem do quotidiano” que se constrói de relações quotidianas e vulgares, da paisagem cultural, que encerra valores que a qualificam e distingue. À luz da UNESCO, salienta ainda as paisagens culturais patrimoniais de valor universal, reflectindo carácter e qualidade visual excepcional, referindo a importância destas não apenas como arte erudita, no caso dos jardins, mas como “laboratórios” que permitem a evolução tecnológica. Podemos assim distinguir, dentro do contexto de paisagens culturais o caso especial de “paisagens património” (Domingues 2001), à qual associamos as paisagens culturais classificadas pela UNESCO.

Patente na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (2015), a paisagem cultural é reconhecida e integrada em desafios de protecção, salvaguarda e valorização, enquanto espaço de memórias, vivências, ideias e valores, definidores de uma identidade coletiva, sentido de enraizamento e pertença, essencial ao bem-estar dos indivíduos e à qualidade de vida do ser social.

As definições de paisagem cultural denotam actualmente uma visão holística, realçando os processos, dinâmicas relacionais Homem - Natureza e a dimensão temporal. São estas ideias, construtoras de uma paisagem com significado cultural, dinâmicas, em contínua evolução, que são genericamente partilhadas: - (...) *It also commonly means that people and Nature have interacted, not just impacted, and the results of that interaction give the landscape in view its particular character (...) linking not just thought but action about these curious things, the relationships between humanity and time and between humanity and nature (...) essentially the term embodies this relational, processual concept, and its meaning is always going to be an exercise in interpretations, in significances, in values.”* (Fowler, 2000, p. 204).

A partir da compreensão da paisagem como sistema evolutivo, advém também a noção de mudança, integrada no conceito: - *“Cultural landscapes are the result of consecutive*

reorganizations of the land in order to adapt its use and spatial structure better to changing societal demands.”(Antrop, 2005, p. 2). A paisagem cultural é agora considerada um sistema complexo, construído de inter-relações entre comunidade e território, que expressa valores tangíveis e intangíveis e representa a identidade de determinada comunidade (Plieninger et al., 2014; Rossler 2006).

Novas abordagens de pesquisa sobre a paisagem começam a ganhar aceitação. Percebe-se que a paisagem desenha a sua própria história, que o factor tempo é parte integrante e construtor deste sistema, afectando e transcendendo a vida das pessoas. A paisagem tem a sua própria temporalidade e ritmos, distintos dos ciclos de vida individuais ou de comunidade (Crumley et al., 2017). A “biografia da paisagem” surge como uma área actual de pesquisa, revelando esta mesma preocupação de integrar as mais variadas especialidades de estudo sobre a paisagem (Kolen e Renes, 2015) e de considerá-la como um sistema sócio-ecológico, com interações em ambos os sentidos (Guerrero et al., 2018).

O debate actual sobre paisagens culturais centra-se na preservação da sua identidade num contexto de mudanças nos mais variados quadrantes. A transmissão do saber, enraizado na cultura das comunidades, veicula um modo de vida com importância na construção das paisagens, ao longo do tempo. Este processo de passagem do saber, que Paul Claval (2007) distingue entre a cultura das elites e a cultura popular (nas sociedades ocidentais), ora efectuava-se de forma mais erudita, pela escrita, pintura, representando a cultura nacional, ou de forma vernácula, nas relações sociais, pela observação, imitação, troca verbal de ideias, numa realidade vivida pelos membros da comunidade. A modernização tecnológica, as novas facilidades trazidas pela globalização, trouxeram melhorias de vida, mas também remeteram estas culturas vernáculas a componentes pontuais em culturas globais. Esta perda dos saberes do dia-a-dia leva-nos a uma crise da paisagem (Domingues 2001) ou crise de identidade (Claval 2007). Especialmente nas paisagens de interior, que sofreram com o êxodo rural e perda demográfica, profundas transformações, o sistema de equilíbrio da paisagem é progressivamente desconstruído, permanecendo por vezes, apenas resquícios de padrões espaciais e património construído pontual (graças a acções de preservação), como perduração de memórias da identidade local.

O conceito de paisagem cultural está assim intimamente relacionado com a identidade da paisagem. Considerando esta última como uma *unicidade apreendida sobre um lugar*

(Stobbelaar e Pedroli, 2011), percebemos hoje a importância que a paisagem cultural encerra como portadora de saberes, que a distingue e qualifica.

3. Considerações finais

Da simples ideia de uma paisagem natural fisicamente alterada pelo Homem – a paisagem humanizada referida por vários autores - assistimos hoje a um conceito mais complexo, com significados e entendimentos diversos que naturalmente lhe foram associados à medida que se percebia tratar de entidade não só física mas ideológica. Os estudos da paisagem que na forma tradicional sublinhavam a relação dos grupos sociais e formas espaciais, foram dando lugar a abordagens que integram a consciência social sobre o lugar, os significados conferidos pelas comunidades locais e pelos visitantes. Fruto das mudanças de paradigmas nos contextos científicos, o seu debate acompanha estas evoluções. Na prática, os conceitos reflectem o pensamento de especialistas nas mais diversas áreas e diferentes tutelas de gestão da paisagem e de património, provocando uma certa entropia no seu entendimento, ao longo dos tempos.

Enquanto objecto de vivência e de estudo do Homem, podemos considerar que todas as paisagens são culturais e deste modo, o conceito remete para uma redundância, mas no entanto, existem particularidades e qualidades que não correspondem à paisagem quotidiana, se a analisarmos de um ponto de vista geral. Surge como um conceito útil para nomear determinadas paisagens que merecem particular atenção para “ ... *perpetuar e transmitir para o futuro a mensagem e o conhecimento do passado...*”(Diário da República n.º 130/2015, Série I de 2015-07-07, p. 4660). Encerra em si a ideia de qualidade e importância histórica e cultural, uma paisagem que é humanizada mas que se distingue das restantes por reflectir modos de vida e/ou apropriações específicas, que qualificam uma entidade única, diferenciada pelo valor sócio-económico, ecológico, cultural que a caracteriza.

Concluimos que o conceito de paisagem cultural é naturalmente questionável e evolutivo, dada a riqueza e complexidade da paisagem, integrando não só elementos como dinâmicas e sendo objecto de estudo multidisciplinar e de interpretações pessoais. Assim,

consideramos que a paisagem cultural é um sofisticado produto cultural, fruto de ideologias humanas, uma apropriação intencional, material e/ou imaterial do território/envolvente, reflectindo um modo de vida (ou uma visão) específico. São paisagens representativas e identitárias, fruto muitas vezes de rearranjos de gerações e por isso, repositórios involuntários de experiências e sabedoria com as quais aprendemos e que nos confortam, respondendo a um sentimento de pertença e enraizamento.

Se assumirmos que a paisagem cultural representa, como Lewis (1979) refere, a nossa autobiografia involuntária, ela afigura-se como um palimpsesto (analogia comumente utilizada) representativa de um espaço, com uma história vivida, feita de traços reminiscentes do passado, em convívio com dinâmicas e elementos de novas realidades que darão lugar a mudanças futuras. Enquanto lugares de histórias e memórias, teremos de ter presente que também materializam espaços funcionais e produtivos.

O debate actual sobre a paisagem cultural reconhece as mudanças. No geral, não se pretende sugerir “musealizar” a paisagem mas sim tentar construir uma base sólida e prática de informação, fundamentada nos valores e dinâmicas da paisagem cultural, na história da paisagem ao longo do tempo, que permita orientar intervenções integradas na inevitável mudança cultural, social e tecnológica, promovendo o equilíbrio entre mudança e preservação, de forma a que o resultado final, permita então, que os valores e dinâmicas de uma dada paisagem cultural, que definem a sua identidade e que a distinguem enquanto “paisagem de valores”, perdurem. Promover e respeitar a diversidade e memória da paisagem, aliando às dinâmicas territoriais (sociais, económicas, entre outras), afigura-se um ponto estratégico.

Percebemos que será importante, na percepção e estudo das paisagens culturais, partir de três premissas: primeiro, a noção de que as paisagens culturais são testemunhos de saberes e, como tal, contribuem para perceber a história e cultura de dada paisagem, revelando a sua identidade. Segundo, a leitura e interpretação dessas paisagens são lições e ferramentas essenciais para uma correta gestão e intervenção nas paisagens culturais, quer presente, quer futura. Terceiro, as decisões sobre o futuro das paisagens culturais deve garantir a sua especificidade e contributo, social, económico, cultural e ambiental tanto para as comunidades locais como para a diversidade global.

4. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, António Campar. Paisagens: um património e um recurso. In: O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios. Iberografias, 8 [online]. p. 31–42. porto: Campo das Letras. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/13165>
- ANDRESEN, Teresa. “Paisagem Cultural” versus “Paisagem do quotidiano.” Conferência | O Resto é Paisagem [online]. Funchal, Madeira. 2015. Disponível em: <https://vimeo.com/148126121>
- ANTROP, Marc. Why landscapes of the past are important for the future. In: Landscape and Urban Planning [online]. Vol. 70, no. 1–2, p. 21–34. 2005. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016920460300207X>
- APLIN, Graeme. World Heritage Cultural Landscapes. In: International Journal of Heritage Studies [online]. Vol. 13, p. 427–446. 2007. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527250701570515>
- ARAÚJO, Ilídio Alves de. Sobre a gestão do património agrário e a sustentabilidade das paisagens culturais. In: *Património Paisagístico: os caminhos da transversalidade: Actas do Colóquio*. p. 63–76. 2008. Lisboa: Associação Portuguesa Arquitectos Paisagistas. ISBN 978-972-99467-3-8.
- BIRNBAUM, Charles. *Protecting Cultural Landscapes: Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes*. Preservation Briefs, 36. U.S. Department of the Interior National Park Service. 1994
- BLANKENSHIP, Jeffrey D. Reading Landscape: J. B. Jackson and the Cultural Landscape Idea at Midcentury. In: *Landscape Journal: design, planning, and management of the land*. Vol. 35, no. 2, p. 167–184. 2016 DOI 10.3368/lj.35.2.167.
- BROWN, Michael F. Cultural Relativism 2.0. In: Current Anthropology [online]. Vol. 49, no. 3, p. 363–383. 2008. DOI 10.1086/529261. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/529261>
- CLAVAL, Paul. Changing Conceptions of Heritage and Landscape. In: *Heritage, Memory and the Politics of Identity - New Perspectives on the Cultural Landscape*. Great Britain: Ashgate Publishing Limited. Capítulo 6. 2007. ISBN 978-0-7546-4008-0.
- COSGROVE, Denis and JACKSON, Peter. New Directions in Cultural Geography. Area [online]. Vol. 19, no. 2, p. 95–101. 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20002425>
- CRUMLEY, Carole L., KOLEN, Jan C. A., DE KLEIJN, Maurice and VAN MANEN, Niels. Studying long-term changes in cultural landscapes: outlines of a research framework and protocol. In: *Landscape Research* [online]. Vol. 42, no. 8, p. 880–890. 2017. DOI 10.1080/01426397.2017.1386292. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01426397.2017.1386292>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 130/2015, SÉRIE I DE 2015-07-07, 2015. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015* [online]. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/45/2015/07/07/p/dre/pt/html>
- DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 177/2008, SÉRIE I DE 2008-09-12, 2008. *Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008* [online]. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolassrep/47/2008/09/12/p/dre/pt/html>
- DIAS, L.T. Paisagem. In: CEM CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA [online]. No. 4, p. 7–9. 2013. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12805.pdf>
- DOMINGUES, Álvaro. A paisagem revisitada. *Finisterra* [online]. Vol. XXXVI, no. 72, p. 55–66. 2001. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1621/1316> Centro de Estudos Geográficos
- FATSAR, K. RECONSIDERING CULTURAL LANDSCAPE DEFINITIONS – ARE HISTORIC GARDENS REALLY CULTURAL LANDSCAPES? In: *Cultural Landscape*. Istanbul. Landscape Architecture Department, ITU. 2010.
- FOWLER, Peter J. World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002. In: *World Heritage Papers* [online]. No. 6. 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf>
- FOWLER, Peter. Cultural Landscapes of Britain. In: *International Journal of Heritage Studies* [online]. Vol. 6, no. 3, p. 201–212. 2000. DOI 10.1080/13527250050148197. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527250050148197>

GUERRERO, A.M., BENNETT, N. J., WILSON, K. A., CARTER, N., GILL, D., MILLS, M., IVES, C. D., SELINSKE, M. J., LARROSA, C., BEKESSY, S., JANUSHOWSKI-HARTLEY, F., TRAVERS, H., WYBORN, C. A. and NUNO, A. Achieving the promise of integration in social-ecological research: a review and prospectus. In: *Ecology and Society* [online]. Vol. 23, no. 3/art38. 2018. DOI 10.5751/ES-10232-230338. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327579866_Achieving_the_promise_of_integration_in_social-ecological_research_a_review_and_prospectus?enrichId=rgreq-1c2000063fe68bdbfe965f47a9d6894e-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdIOzMyNzU3OTg2NjttBUzo2Njk3MDk5MjYxNDE5NjZAMTUzNjY4MjY5Nzc3OA%3D%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf

JACQUES, David. The rise of cultural landscapes. In: *International Journal of Heritage Studies* [online]. Vol. 1, no. 2, p. 91–101. 1995. DOI 10.1080/13527259508722136. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13527259508722136>

JOHNSTON, R. J. (ed), GREGORYS, Derek, PRATT, Geraldine and WATTS, Michael. *The dictionary of human geography*. 4th edition. Oxford:Blackwell: Wiley. 2004. ISBN 0-631-20561-6.

JONES, Michael. The concept of cultural landscape: discourse and narratives (chapter 3). In: *Landscape Interfaces*. Springer Netherlands. Landscape Series, 1. 2003. ISBN 978-94-017-0189-1.

KOLEN, J. and RENES, J. Landscape Biographies: Key Issues. In: *Landscape Biographies*. Geographical, historical and archaeological perspectives on the production and transmission of landscapes [online]. Amsterdam: Amsterdam University Press. p. 21–47. 2015. ISBN 978-90-8964-472-5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/278962305_J_Kolen_J_Renes_2015_Landscape_Biographies_Key_Issues_in_J_Kolen_J_Renes_R_Hermans_Eds_Landscape_Biographies_Geographical_historical_and_archaeological_perspectives_on_the_production_and_transmission

LARSEN (ED), Knut Einar. *Nara Conference on Authenticity/Conference de Nara sur l'Authenticité - Proceedings/Compte-Rendu - Japan 1994*. UNESCO/ICCROM/ICOMOS. 1995. ISBN 82-519-1416-7.

LEIGHLY (ED), John. *Land and Live - A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press. 1967. ISBN 0-520-04762-1.

LEWIS, Peirce F. Axioms for reading the landscape - Some Guides to the American Scene. In: *The interpretation of ordinary landscapes*. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS. p. 167–187. 1979. ISBN 0-19-502536-9.

LOWENTHAL, David. Past Time, Present Place: Landscape and Memory. In: *Geographical Review* [online]. Vol. 65, no. 1, p. 1–36. 1975. DOI 10.2307/213831. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/213831>

LUENGO, Ana and ROSSLER, Mechtild. *World Heritage Cultural Landscapes*. Ayuntamiento de Elche. 2012. ISBN 987-84-92667-09-3.

MARTIN, Geoffrey J. and JAMES, Preston E. *All possible worlds: a history of geographical ideas*. 3rd edition. John Wiley & Sons. 1993. ISBN 0-471-6314-X.

MEINIG (ED), D.W. *The interpretation of ordinary landscapes - Geographical Essays*. New York: Oxford University Press, USA. 1979. ISBN 0-19-502536-9.

PINTO-CORREIA, T., CANCELA D'ABREU, A. and OLIVEIRA, R. Identificação de Unidades de Paisagem - metodologia aplicada a Portugal Continental. *Finisterra*. 2001. Vol. XXXVI, no. 72, p. 1995–206. 2001. ISSN 0430-5027

PLIENINGER, Tobias, TROMMLER, Kathrin and KIZOS, Thanasis. *Report describing the cultural landscapes framework developed, including a dictionary of terms*. D1.1- GA no. 603447. HERCULES Sustainable futures for Europe's HERitage in CULTural landscapES: Tools for understanding, managing, and protecting landscape functions and values. 2014. Disponível em: <http://www.hercules-landscapes.eu/resources.php?publications>

POTTHOFF, Kerstin. The use of 'cultural landscape' in 19th century German geographical literature. In: *Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography* [online]. Vol. 67, p. 49–54. 2013. DOI 10.1080/00291951.2012.759617. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00291951.2012.759617>

ROSSLER, Mechtild. World Heritage cultural landscapes: A UNESCO flagship programme 1992 – 2006. In: *Landscape Research* [online]. Vol. 31, no. 4, p. 333–353. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01426390601004210>

STOBBELAAR, Derk Jan and PEDROLI, Bas. Perspectives on Landscape Identity: A Conceptual Challenge. In: *Landscape Research* [online]. Vol. 36, no. 3, p. 321–339. 2011. DOI 10.1080/01426397.2011.564860. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01426397.2011.564860>

TAYLOR, Ken and LENNON, Jane. Cultural landscapes: a bridge between culture and nature? In: *International Journal of Heritage Studies* [online]. Vol. 17, no. 6, p. 537–554. 2011. DOI 10.1080/13527258.2011.618246. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527258.2011.618246>

TAYLOR, Ken. Landscape and Memory: cultural landscapes, intangible values and some thoughts on Asia. In: *Scientific Symposium (ICOMOS General Assemblies)* [online]. Quebec, Canada: ICOMOS. p. 1–14. 2008. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/quebec2008/cd/...>

TAYLOR, Ken. *Landscape, culture and heritage. Changing perspectives in an Asian context*. PhD. Australia: School of Architecture and Built Environment, Deakin University. 2017.

UNESCO. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage - sixteenth session [online]. In: Item 6 - Evaluation report on the implementation of the Convention. Santa Fé, New Mexico, USA: World Heritage Committee, UNESCO. 1992. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>

UNESCO. *UNESCO World Heritage Centre - The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* [online]. UNESCO World Heritage Centre. 2017. Available from: <http://whc.unesco.org/en/guidelines>